

LUDMILA STOIMENOF DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA
NO MULTICULTURALISMO EDUCACIONAL**

Brasília

2005

LUDMILA STOIMENOF DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA
NO MULTICULTURALISMO EDUCACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Docência Universitária do Centro de Ensino Universitário de Brasília – UNICEUB, como requisito parcial à sua aprovação e obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof^a Clara Lilá Gonzalez de Araújo

Brasília
2005

“ Só fazemos melhor
aquilo que repetidamente insistimos em melhorar.

A busca da excelência
não deve ser um objetivo,
sim um hábito ”.

Aristóteles

Aos meus pais e amigos
pelo estímulo e compreensão
no decorrer da elaboração deste trabalho.

Agradecimentos

Ao orientador ...
que me direcionou humanamente
ao caminho da elaboração deste trabalho,
dando incentivo e apoio nas dificuldades que surgiram.

Aos professores e colegas,
com os quais dividir alegrias e tristezas nesta caminhada.

Aos amigos e familiares
que incentivaram minha luta.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Delimitação do problema	1
1.2 As questões de Pesquisa	4
2. EDUCAÇÃO E CULTURA	6
2.1 O conceito de Cultura	7
2.1.1 <i>Algumas definições de cultura na obra de Dawson</i>	7
2.2 A cultura e seu lato processo de educação por comunicação direta	9
3. A EXCLUSÃO EDUCACIONAL. POR QUE ESSA PERSPEC- TIVA NA EDUCAÇÃO?	12
3. MOTIVAÇÃO EDUCACIONAL CONTRA O SISTEMA ANTI- DEMOCRÁTICO	20
4. A EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA NAS DIFERENÇAS CULTURAIS	22
5. METODOLOGIA	26
5.1 Instrumento de Medida de Uma Pesquisa – Questionário	26
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

RESUMO

A distância no aprendizado da língua legítima traz o obstáculo da discriminação muitas vezes existente na relação professor-aluno. O docente não admite a linguagem não-padrão do aluno e perpetuando as desigualdades perpetuam-se e o marginalizam dentro da vida escolar. Ao se ver o professor como fonte de pesquisa diante da sociedade brasileira, ter-se-á a oportunidade de desvendar a história que possa colaborar para que se chegue a algumas conclusões relativas à valorização do profissional da educação no Brasil de hoje. Para se alcançar este propósito precisar-se-á analisar a origem da educação brasileira. Importante e inevitável é se pensar no Brasil e saber que antes da chegada dos portugueses já havia moradores aqui, ou seja, os índios nativos. Eles já possuíam uma educação voltada para suas necessidades sociais, baseada na transmissão de seus valores culturais. Este estudo aborda e defende a posição na qual a escola precisa ser transformadora capacitar-se para atender às exigências e necessidades dos alunos, procurando contribuir para prepará-los no atendimento às demandas sociais existentes. A prática pedagógica não deve ignorar as múltiplas variáveis – econômicas, sociais, políticas e culturais – cabendo-lhe solucionar o fracasso escolar das camadas populares na instituição do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: APRENDIZADO – OBSTÁCULO – CONCLUSÕES –
NECESSIDADES SOCIAIS – PRÁTICA PEDAGÓGICA.

INTRODUÇÃO

A linguagem do aluno de camada socialmente desfavorecida traz para a sala de aula, uma linguagem censurada numa situação de mercado lingüístico no qual a língua utilizada por ele parece inadequada e sujeita a sanções negativas.

A escola tem a função de transmitir a linguagem legítima e ensiná-la a serviço do mercado cultural existente. Os que nascem em classe dominante se familiarizam com a chamada “língua legítima”, a língua portuguesa e os alunos provenientes de classe menos favorecida possuem uma outra linguagem que não é reconhecida socialmente, prejudicando-os sensivelmente no momento da comunicação devido a educação da linguagem que é padronizada pela escola.

A distância de aprender a língua legítima traz como obstáculo a discriminação que muitas vezes existe entre o professor e o aluno. O docente não admite a linguagem não-padrão do aluno e acaba perpetuando as desigualdades que tanto o marginalizam dentro da vida escolar.

A escola precisa ser transformadora e necessita se capacitar para atender às exigências e necessidades dos alunos, procurando contribuir para prepará-los no atendimento às demandas sociais existentes. A prática pedagógica não deve ignorar as múltiplas determinações – econômicas, sociais, políticas e culturais, cabendo a ela solucionar o fracasso escolar das camadas populares na instituição do ensino.

Ensinar a língua portuguesa, sem dúvida, é uma ação política-democrática, comprometendo, seus educadores, a lutar contra o fracasso escolar e contra os preconceitos que ainda perduram em sala de aula. O professor deve educar o aluno para aprender a língua mãe como valor formativo e não apenas como valor didático e normativo, contribuindo com o currículo escolar que não pode ser neutro em relação a realidade do aluno e nem com o universo de seu conhecimento que dependendo de como seja trabalhado, poderá neutralizar as suas dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, este estudo, analisa as relações entre linguagem e cultura pois considera estas questões fundamentais, desempenhando um papel central nas explicações do fracasso escolar. É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracassos, o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares de variantes lingüísticas sociais e escolarmente estigmatizadas, provocam preconceitos lingüísticos e levam a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver a variante-padrão socialmente prestigiada.

Algumas idéias destacadas na presente introdução levam a refletir sobre os discursos que rejeitam a organização da escola segundo um modelo cultural único, transmitido intencionalmente e de forma homogênea. A preocupação de se selecionar conteúdos que incluem a diversidade sociocultural da população escolar precisa também idealizar um a ação pedagógica não imposta e capaz de produzir novas identidades culturais.

Nessa perspectiva, o multiculturalismo em educação contextualiza e compreende a produção das diferenças culturais, argumentando em favor de um currículo que seja culturalmente inclusivo, incorporando as tradições culturais dos diferentes grupos sociais.

1.1 Delimitação do problema

A escola é voltada para suprir as deficiências culturais e lingüísticas trazidas das classes desfavorecidas e tem a finalidade de resolver as dificuldades da lingüística que a classe favorecida traz porque sua cultura é dita como dominante. A escola, portanto é um instrumento de superação da marginalidade social – seja ela causada por deficiências, diferenças, etc. – logo é atribuída para instituição escolar uma falsa autonomia, atribuindo-lhe a capacidade e a possibilidade de encontrar soluções, ela mesma, para os problemas culturais e lingüísticos que nela ocorrem. A instituição escolar, porém, faz adaptar e integrar os alunos das classes desfavorecidas à sociedade como ela é.

Nesse sentido, a **pergunta-problema** é: Como pretende a escola resolver as dificuldades e as deficiências na linguagem e lingüística trazidas pela classe desfavorecida, já que é impossível o dialeto padrão da classe dominada ?

E sendo assim, faz-se mister complementar a pergunta-problema com outro questionamento: Qual será a melhor ação pedagógica executada pelo professor ?

A instituição escolar seleciona seus objetivos segundo padrões culturais e lingüísticos das classes dominantes, valoriza esses padrões enquanto desqualifica (teoria da deficiência), os padrões das classes dominadas, colaborando assim para perpetuação das desigualdades sociais¹.

É preciso observar também que a escola tem sido responsável em manter a perpetuação da estrutura social e de suas desigualdades privilegiando a uns e prejudicando a outros. As desigualdades lingüísticas se devem portanto pelas desigualdades de rendimento escolar. Qual será portanto a melhor ação pedagógica do professor e qual a melhor colaboração da instituição escolar em relação a este problema?

A classe popular é oprimida pela imposição da cultura e da linguagem da classe dominante, com a mediação da escola, apresentada como legítima e pela desvalorização da cultura a linguagem é vista como deficiente por ser diferente porque é da classe popular.

Qual será, portanto o melhor recurso didático que o professor irá transmitir em sala, será necessário também passar valores morais para quebrar as barreiras das discriminações ? O professor será apenas um mero transmissor de conteúdo ou um colaborador por meio da sua ação pedagógica de ajudar os alunos das classes desfavorecidas.

Os alunos da classe desfavorecida trazem apenas dificuldades na aprendizagem como os alunos da classe favorecida que podem ser solucionadas devido a valorização do professor do padrão lingüístico trazido da classe dominante. Qual o melhor papel do professor ? O professor precisa ser democrático. Como é vista essa ação democrática em sala de aula ? E qual é o melhor objetivo

¹ SOARES, Magda, *apud* GENTILI, Pablo, op. Cit., p. 129

educacional específico na escola e no professor para suprir as dificuldades trazidas pelos alunos da camada menos desfavorecida ?

1.2 As questões de pesquisa

- O foco da educação para a cidadania é para a erradicação de atitudes pessoais orientando o comportamento público, todavia, a importância está nos setores sociais da educação infelizmente a desigualdade social, individual, apatia política, os maus tratos a seres humanos, a fraude, o machismo, a irresponsabilidade familiar, o desprezo da lei, a intolerância educacional portanto a educação pública em particular necessita desenvolver novos valores para cidadania democrática na esperança da tolerância social, financeira e reconciliar na política educacional com os docentes e alunos presente no sistema de ensino educacional.
- A interpretação hermenêutica da realidade educacional, todavia, às ciências, deve estar na interpretação da realidade social, entretanto, a interpretação e seus próprios significativos e seus instrumentos conceituais educacionais necessitam ser a abordagem sociogenética do conhecimento do próprio ser e sua complexidade para essência da psicologia social igualitária na educação.
- A democratização do ensino para a modificação da diversificação do ensino para melhoria da categoria social para a democratização dos níveis de ensino reorganizado e renovado culturalmente para educação governamental com rotina social e cognitiva presente na escola e nos níveis do sistema de ensino precisa melhorar a gestão da diversidade educacional e nos planos pedagógicos, estrutural e organizativo para homogeneização de idéias educacionais mas com ideologia valorativa e a verificação também da aprendizagem dos excluídos e assim haverá profunda transformação da sociedade.
- Construtiva Sociogenética na educação está na história do Brasil e no processo de apreensão da realidade cultural e no interior da complexidade emocional do

educado e no pensamento psicológico na educação que não ignora raízes filosóficas subjacentes ao conceito educacional na psicologia cognitiva genética essencialmente orientado para o indivíduo educativo.

O multiculturalismo tem como definição o caráter plural das sociedades ocidentais contemporâneas e na educação, multieducação, corresponde a natureza de ambientes educativos.

A preocupação das diferentes culturas entre os alunos e a crença no poder do diálogo foi instrumento de liderança política e de educadores, em escolas públicas urbanas localizadas em contextos culturais conflituosos. A escola plural e a multieducação são perspectivas importantes para profissionais na educação e suas maneiras de agir e falar servem de base para o discurso e estratégia pedagógica.

A preocupação com a diversidade e crença no diálogo (na educação) continua como marcas de nosso trabalho de investigação. Uma ênfase nos sistemas de raciocínio pedagógico concreto no cotidiano escolar. E a multieducação na escola plural expressa uma preocupação autêntica, democrática, capaz de respeitar e valorizar a diversidade cultural e promover o entendimento das diferenças.

A escola plural precisa ser construída numa educação inclusiva onde a língua portuguesa precisa ser promulgada em sua essência e respeitada para reorganização dos tempos escolares para existir nova lógica de avaliação. Os conteúdos curriculares e os novos ciclos deverão ser feitos numa socialização de vivências, experiências, valores, representações, identidades de gênero, raça, classe, etc.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA

Pensar a educação é saber que sua relação com a cultura é imprescindível. Daí, tem-se a preocupação de se desvendar esses dois conceitos fundamentais para o enfoque que se está objetivando nesta pesquisa. A educação em termos gerais representa os mecanismos que a sociedade utiliza para formar e qualificar seus membros.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não e se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina²

Por outro lado, Durkheim³ define educação como sendo

o processo através do qual o egoísmo pessoal é superado e transformado em altruísmo, que beneficia a sociedade. Sem essa modificação substancial da natureza do homem individual em ser social, a sociedade não seria possível. A educação se torna assim um fator essencial e constitutivo da própria sociedade..

Verifica-se que surge uma questão relevante: pensar em educar significa manter ou alterar aspectos culturais dentro da sociedade. Para se encontrar uma resposta temos que vislumbrar o que é cultura, somos sabedores que é através da cultura que são mantidos vivos os costumes, aproveita-se das experiências e aperfeiçoa-se a condição de ser humano.

Segundo Durkheim⁴, existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se torne à palavra “educação” no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competência, crenças,

² DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**, 8. ed., São Paulo, Melhoramentos : 1972

³ DURKHEIM, E. *apud* FREITAG, Bárbara, **Escola, Estado e Sociedade**, São Paulo, Moraes : 1986, p. 16

⁴ op. Cit.

hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação.

Conforme ainda o autor⁵, devido ao fato de que este conteúdo parece irreduzível ao que há de particular e antes, a moldura, o suporte e a forma de toda a experiência individual possível, em razão de que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeito humano pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura.

2.1 O Conceito de Cultura

2.1.1 Algumas definições de cultura na obra de Dawson

Numa de suas primeiras obras, *Progresso e Religião*, explica Dawson entender por *cultura* – reduzida à sua expressão mais simples – apenas a maneira de vida de um determinado povo, adaptado a um particular ambiente. Cultura significa, pois, o resultado de uma íntima comunhão entre o homem e a região, na qual e da qual ele vive⁶.

Em outra obra sua, *A Dinâmica da História do Mundo*⁷, pergunta Dawson o que seja cultura, e responde: “Uma cultura é uma comum maneira de vida, um particular ajustamento do homem tanto ao ambiente natural que o cerca, como às suas necessidades econômicas”

Em outra parte dessa mesma obra⁸, nota Dawson que uma cultura não é apenas uma comunidade de trabalho ou uma comunidade de lugar.

⁵ op. Cit.

⁶ *apud* RICHTMANN, Flodoaldo Proença, *O Sentido da Cultura Cristã – Uma Pesquisa Histórico-Sociológica*, São Paulo, Herder : 1968

⁷ *The Dynamics of World History*, Mulloy John J., Ed. Sheed and Ward, Londres, 1957, p. 4, *apud* RICHTMANN, Flodoaldo Proença, op. cit. p. 25

⁸ *Ibidem*

É também, e acima de tudo, uma comunidade de pensamento, pois uma cultura é vista e melhor conhecida justamente por suas atividades espirituais mais elevadas, às quais somente foi o nome de cultura primeiramente aplicado. É impossível – acentua Dawson – entender ou explicar a sociedade unicamente por seus fatores materiais, sem considerar as influências religiosas, intelectuais e artísticas, que são precisamente as que determinam a forma e expressão de sua vida cultural mais profunda.

A cultura social – diz Dawson num de seus mais conhecidos livros, *Religião e Cultura*⁹ – é uma maneira organizada de vida, baseada numa tradição comum e condicionada por um meio-ambiente (“*environmen*”) também comum. Não se identifica, por conseguinte, plenamente, nem com o conceito de civilização, o qual conota já um alto grau de desenvolvimento consciente, nem tampouco com o conceito de sociedade, uma vez que a cultura inclui normalmente um certo número de unidades sociais independentes.

Nota Dawson⁵ que cada cultura social constitui, ao mesmo tempo, uma maneira material de vida e uma ordem espiritual. A cultura, como maneira comum de vida, é inseparável da cultura como tradição de linguagem e pensamento, isto é, como herança comum de conhecimento e saber, o que envolve uma tentativa organizada de coordenar a ação humana com um poder divino transcendente, o qual governa o mundo e do qual a vida humana depende.

Num de seus livros editados nos anos 60, *A Realidade Histórica da Cultura Cristã*¹⁰, explica Dawson que, quando fala de cultura, não é seu intento tratar do “cultivo” da mente individual, que foi o sentido usual da palavra no passado, mas sim de uma maneira comum social de vida – ou seja, uma maneira de vida com uma tradição atrás de si. Maneira, enfim, que se concretizou em instituições, envolvendo princípios e padrões morais (“*moral standards*”). Toda sociedade histórica possui, neste sentido, uma tal cultura, desde a mais primitiva tribo de selvagens, até às formas mais complexas da vida civilizada. E toda sociedade pode perder sua cultura, parcial ou completamente, se for exposta a mudanças imediatas ou a longo prazo.

⁹ *Religion and Culture. Gifford Lectures at Aberdeen University, Scotland, 1947-48. Sheed and Ward, Londres : 1949, p. 47, apud RICHTMANN, Flodoaldo Proença, op. cit.*

¹⁰ *The Historic Reality of Christian Culture. A Way to the Renewal of Human Life. Harper and Brothers Publishers, Nova Iorque, 1960, p. 13, apud RICHTMANN, Flodoaldo Proença, op. cit., p. 26*

2.2 A cultura e seu lato processo de educação por comunicação direta

É da essência da cultura ser comunicada e adquirida. E conquanto seja herdada de uma geração por outra, é, contudo, uma herança social e não biológica. É, pois, uma tradição de aprendizagem, um capital acumulado de conhecimentos, enfim uma comunidade de “folkways”¹¹, na qual o indivíduo tem de ser iniciado.

É claro, por conseguinte, ser a cultura inseparável da educação, uma vez que – no sentido lato da palavra – é precisamente aquilo que o antropólogo cultural denomina de “enculturação”, isto é, o processo pelo qual a cultura é transmitida (“*handed on*”: passada adiante!) pela sociedade e adquirida pelo indivíduo¹².

Diz Richtmann¹³ que:

não há dúvida que semelhante processo é muito mais lato e compreensivo do que aquilo que comumente é entendido por educação, uma vez que aplicamos a palavra “educação” apenas a um tipo muito especializado de enculturação: o ensino formal (ou formalizado) de particulares disciplinas (no campo intelectual) e de normas de comportamento (no campo da ação), ministrado aos membros mais jovens da comunidade, através de determinadas instituições. E lembremo-nos – e é ainda Dawson quem o nota – que o mais importante de todos os processos pelos quais é a cultura transmitida, ou seja: a aquisição da linguagem, tem seu lugar antes mesmo do começo da educação formal.

No passado era a educação um privilégio excepcional, observa Dawson¹⁴, confinado à classe dirigente e sobretudo aos sacerdotes. Foi, em realidade, somente durante os dois últimos séculos que se fez um esforço real para estender esse privilégio a toda a sociedade.

Mas também seria grave erro supor que, no passado, o homem comum não recebia educação alguma. Não era ele menos “enculturado” do que o homem moderno. Recebia, porém, sua cultura oral e praticamente, pela tradição e “folclore”,

¹¹ são hábitos e costumes, isto é, formas de comportamento humano considerados tradicionais pelos membros do grupo. Sua observância não é obrigatória de maneira absoluta, e sua transgressão acarreta apenas sanções satíricas.

¹² RICHTMANN, Flodoaldo Proença, *O Sentido da Cultura Cristã – Uma Pesquisa Histórico-Sociológica*, São Paulo, Herder : 1968

¹³ op. Cit., p. 29

¹⁴ *apud* RICHTMANN, Flodoaldo Proença, op. Cit.

pelo artesanato e aprendizado e, sobretudo, de maneira muito eficiente através da religião e da arte.

Para Richtmann¹⁵, mesmo entre os povos primitivos, esta “enculturação” é um processo sistemático e comunitariamente consciente. É entre eles aceito por todos o direito e o dever dos jovens a serem iniciados na vida e tradições da tribo, através de um sistema regular de treinamento e de instruções, que encontra o seu climax nos ritos de iniciação. Podem tais sistemas, eventualmente, produzir uma forma bastante elaborada de educação oral, como na África Ocidental e mais ainda na Polinésia. Mas é somente nas sociedades alfabetizadas e civilizadas – começando com aquelas da antiga Mesopotâmia e Egito – que a educação, no especializado sentido moderno, tornou-se uma função necessária da vida da sociedade.

Enfim, cultura é tudo que se faz e que se pensa – incluindo aí o trabalho, a relação com a natureza e por extensão a educação – poder-se-ia afirmar que é através da educação que se garante a continuidade das características comportamentais, culturais, etc.

Portanto, a questão do profissional, em relação à sua valorização, perpassa pela forma que a sociedade irá encará-lo. Se na cultura de uma sociedade valoriza-se o ato de educar, passa-se a compreender que isto será repassado a quem realiza este ato, ou seja, o professor. Porém, se na sociedade há um descrédito em relação à educação, tanto por parte da sociedade como do Estado, significa que esses elementos representarão uma desvalorização da educação e do profissional que a faz acontecer.

Ao se ver o professor como fonte de pesquisa diante da sociedade brasileira, ter-se-á a oportunidade de desvendar a história que possa colaborar para que se chegue a algumas conclusões relativas à valorização do profissional da educação no Brasil de hoje.

Para se alcançar este propósito precisar-se-á analisar a origem da educação brasileira. Pensar no Brasil e saber que antes da chegada dos portugueses já

¹⁵ Op. Cit.

havam moradores aqui, ou seja, os índios nativos. Eles já possuíam uma educação voltada para suas necessidades sociais, baseada na transmissão de seus valores culturais.

3. EXCLUSÃO EDUCACIONAL. POR QUE ESSA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO?

É preciso apontar dois problemas-chaves no sistema educacional brasileiro: as metas publicamente declaradas e os objetivos educacionais são de fato perseguidos pelos encarregados políticos do sistema. Apesar da fé pública na importância crítica da escolarização para o crescimento econômico e na construção de uma sociedade mais democrática, a educação para o governo não é tratada como prioridade.

Devido à qualidade de instrução mais elevada nas escolas particulares do que nas públicas, os alunos da primeira são mais privilegiados e sucedidos já os da pública não tem preparo para chegar na universidade.

A confusão administrativa, omissão de responsabilidade fazem com que o número de frequência nas escolas de primeiro e segundo grau se tornem pequena. Nas regiões do Brasil no nordeste, por exemplo, quase a metade de todos os alunos frequentam estaduais e no sudeste esses mesmos alunos não chegam a 20%. A divisão entre a escola estadual e municipal têm sido um dos principais fatores de desigualdade no sistema brasileiro.

O que fazer para preparar pessoas que por fatalidade e descaso do governo diante das escolas públicas mais tarde estarão condenadas a acabar? A sociedade é cada vez mais crescente a ampliação da produtividade e o desaparecimento do trabalho assalariado farão com que a demanda por qualificação nova e mais elevada apareça e então ficará as pessoas estruturalmente desempregadas? A perda de substância real da democracia educacional e a ampliação do mercado competitivo e a obsessão com o crescimento econômico interessam a todos e devem ser debatidos em conjunto com a sociedade.

A circulação do capital apátrida (dinheiro sem estado) trata-se de governo fragilizado e gera instabilidade nas economias dos países emergentes, em geral, o capital financeiro especulativo, sem pátria, traz permanente tensão à economia nacional como também fragilidade na educação brasileira.

Conforme Libâneo¹⁶, a igualdade de oportunidade entre alunos de uma rede de ensino público para o mercado de trabalho não surge de uma hora para outra, nasce na decorrente ação democrática pela tradição liberal democrática mediante certa igualdade na condição material de existência. A democracia política deveria conceder uma democracia real com condições de desenvolvimento do país. O ideal democrático não existe trata-se de um período embalado por uma má fé no padrão de igualdade na educação.

A liberdade social por meio da universalização de ensino não existe e também não há o estabelecimento melhor das instituições de ensino com nível de democracia plenamente desenvolvida. A ampliação de pessoas ao acesso a educação não existe e é restrito a garantia da igualdade de oportunidade só ficou desenvolvida, como ideal, há uma conformidade educacional desse modo a base social deveria ser mais homogênea e democratizadora da educação para todos mas houve uma divisão social de oportunidade.

O modo de produção capitalista gerada pelo paradigma da liberdade econômica foi em contraposição ao modo de produção feudal mas a iniciativa privada no sistema produtor de mercadoria produziu a exclusão educacional. A liberdade econômica vem servindo para reordenar o Estado limitando seu raio de ação na educação, agora se faz uso do discurso da eficiência e da qualidade para o estado quase falido¹⁷.

Os defensores do neoliberalismo do mercado da educação julgam que houve expansão educacional mas foi pouco promovida uma certa mobilidade social e pouco contribui para o desenvolvimento econômico. O sistema educacional se encontra isolado, o que dificulta o avanço da capacitação e da aquisição dos novos conhecimentos científico e tecnológico. As novas exigências do mercado e das mudanças técnico e científico evidenciam a crise de um modo capitalista liberal e então no setor educacional sobretudo evidenciam a crise do modo capitalista liberal e então no setor educacional sobretudo evidencia uma tensão à efetividade de uma educação de qualidade para todos.

¹⁶ LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: Política, Estrutura e Organização**, vol. Docência em Formação Saberes Pedagógicos São Paulo, Cortez : 2003

¹⁷ LIBÂNEO, José Carlos, op. Cit.

Observa Libâneo¹⁸ que na educação, a democracia é restrita sem finalidades sociais de construção da sociedade mais justa e solidária e na política do neoliberalismo de mercado evidencia, ideologicamente, o discurso da crise e do fracasso da escola pública na decorrência da incapacidade administrativa do estado de gerar o bem comum. O papel da iniciativa privada no desenvolvimento e no progresso individual e social ficam em segundo plano.

No capitalismo o trabalho e educação alteram-se profundamente colocando o estudante como produto explorado pelo mercado devido sua má formação sem competência para competir no mercado de trabalho global. E a educação deveria ser a função primordial para desenvolver novas habilidades cognitivas (inteligência instrumentalizadora) todavia o indivíduo fica alheio ao novo paradigma produtivo.

A educação precisa se manter valorizada para o novo padrão produtivo pondo em relevo a questão da qualidade em abordagem positiva fornecendo preparo para uma boa avaliação do sistema de ensino para harmonização social para que mais tarde a universidade pública não fique em permanente crise educacional.

Os alunos precisam da educação para sobreviver na competitividade para que eles mais tarde consigam inserir nos objetivos da qualidade total na indústria e no comércio. Impõe mundialmente para a educação brasileira renovação para os novos desafios e o novo discurso ao setor educacional para os estudantes terem mais oportunidade para inserir na nova lógica do capitalismo concorrencial mas novas reformulações precisam-se existir no setor educacional como também a democratização na sociedade e na educação novos desafios e a tecnologia recolocada na escola e na educação em geral.

Está havendo intenso processo de revolução tecnológica na escola para transformação técnico-científico. É preciso então na escola incluir a equipação eletrônica ou propagação dos multimeios didáticos porque a nova sociedade é marcada pela técnica, pela informação e conhecimento porque é uma sociedade de conhecimento caracterizado por um novo padrão de produção, centralizada no conhecimento.

¹⁸ Op. Cit.

Os alunos devem então ser preparados para a formação do conhecimento mas no ensino não há democratização educacional e as perspectivas tecnológicas não existem e portanto não há uma equidade não há cidadania. A inclusão social não existe para produção de igualdade, adota-se então uma lógica de competição.

Diante dos desafios da sociedade contemporânea especialmente no Brasil, o ensino público deveria ser de qualidade mas que diretrizes devem guiar a prática educacional para que exista uma sociedade democrática e igualitária ? Que cidadão se quer formar ? Para a educação a resposta é bastante complexa. O país no contexto educacional precisa conciliar com a globalização, mas há um mecanismo perverso que é a competição ilimitada e a exclusão social colaborada pelo fraco ensino brasileiro.

A educação escolar precisa oferecer resposta concreta à sociedade preparando e formando profissionais para viver e sobreviver na era do desenvolvimento enquadrando os na geração da riqueza. Mas há que reconhecer a urgência da elevação dos níveis científicos, culturais e técnicos da população não significando a supervalorização da competitividade do individualismo e liberdade excessiva e qualidade econômica e da eficiência para poucos e a exclusão da maioria mas o reforço da solidariedade social.

Infelizmente a educação assumiu uma perspectiva de mercadoria ou serviço que compra, mas a educação precisa ser direito universal mas não é e como consequência, ela torna-se fragmentada e seletiva socialmente e culturalmente.

Alunos vindos da pobreza e da educação fragmentada possuem menos êxito e terão sempre mais dificuldades para aprender e a escola de segundo grau pública promove o fracasso da maioria dos adolescentes porque essa desvantagem na educação ? A educação precisa ter uma nova reavaliação. A qualidade de ensino no seu âmbito geral não pode ser duvidosa mas para alguns a escola é profundamente inapropriada. A cultura da pobreza foi desenvolvida e teve um efeito profundo sobre o conceito de educação.

A educação deveria ser compensadora embora nem toda qualidade educacional seja dirigida e compensada pela população e no interior da educação primária e secundária dos jovens pobres e de minoria étnica a ter desempenho inferior e, no entanto, o estudante de classe rica e média são menos sujeitos a reprovação e a evasão escolar e tem mais chance de entrar para universidade.

A segregação social faz parte da exclusão educacional que é apontado em evidencia pelos resultados desiguais que continuam aumentar e é um fato mais concreto estabelecido sobre o sistema educacional. O acesso igualitário é um fracasso, famílias e jovens permaneceram incluídas no *déficit* social no qual a escola deveria oferecer uma compensação.

O estudante do segundo grau de escola pública é uma maioria em desvantagem porque o pobre é diferente da maioria em termos de cultura e é excluído e a correção da desvantagem na educação é um problema técnico como também é acima de tudo análise para estudioso com finalidade de obter conhecimento especializado de uma pesquisa.

Há uma divisão para separar as pessoas em situação de desvantagem daquelas em situação de vantagem esse é um problema no traçado de linha de pobreza, os programas compensatórios leva a várias discussões mais de 50% da população está em situação em desvantagem e é compreendido pela imagem da pobreza. A desigualdade de classe é um problema que atravessa todo o sistema escolar e é um padrão perverso e amplo.

Para Lewis¹⁹, o indivíduo pobre não é como os demais, ou seja:

O indivíduo pobre não é como o restante de nós em uma tradicional Crença. Tal crença afetou a elaboração dos programas de educação compensatória, sobretudo através da tese “ da cultura da pobreza” , na qual a reprodução da pobreza de uma geração para outra era atribuída às adaptações culturais do indivíduo pobre às suas circunstâncias.

¹⁹ LEWIS, 1968, p. 47-58, *apud* LIBÂNEO, José Carlos, op. Cit.

Como então deverão os educadores utilizar o conhecimento na educação para a maioria ou minoria? A diferença cultural faz com que haja um *déficit* na educação por parte dos professores, porque há uma rotulação discriminatória no sistema público. Portanto, não há mistérios sobre os indivíduos pobres. Pobreza e alienação provavelmente significam condições problemáticas de vida. Ensinar bem requer aula mais participativa para todos e não uma iniciativa isolada.

Entende Libâneo²⁰ que o currículo educacional para ensino de segundo grau deveria ser tomado como objeto de intervenção para a melhoria na educação mas a experiência ruim do professor em uma escola em desvantagem faz com que há um questionamento do seu método de ensino tornando fonte de dificuldade para uma parcela de alunos e então o que existe portanto é um currículo dominante bem legitimado e outros currículos marginalizados sem qualidade e hoje deverá então batalhar para estabelecer um currículo multicultural com definições de conhecimento para clientela de alunos menos favorecidos.

A história do currículo educacional contribui para mostrar a imagem da pobreza na educação e sua qualidade deverá ser portanto repensado na questão da educação no país. O currículo sem qualidade desmitificou o currículo hegemônico ficando o currículo sem perspectiva histórica e desacreditado, precisará portanto decisivamente uma organização do conhecimento curricular como um todo.

Segundo entende Libâneo²¹, o trabalho do professor é a consequência talvez das grandes contradições em torno da educação e da justiça social. A importância do profissionalismo docente é um fator importante em sua ligação com o currículo e, portanto, a sua desqualificação por meio do seu currículo pré-empacotado é relevante em escolas em desvantagem. A educação compensatória exige níveis mais altos de qualificação por parte do professor sem essa vantagem há direção falseada da autoridade de ensino. Para Libâneo²², algumas intervenções compensatórias tenham piorado a situação educacional em escolas porque são intervenções baseadas no conhecimento de especialistas externos tirando o poder do professor.

²⁰ Op. Cit.

²¹ Idem

²² Idem

A maior parte do projeto educacional produz pouca mudança no sistema educacional quando são avaliados e os docentes que querem mudar o paradoxo educacional seguem pouco um padrão definido com qualidade. As soluções educacionais não devem se basear apenas no conhecimento de pesquisadores especialistas mas pensamento estratégico que vença a injustiça social reconsiderando os objetivos de ação e a substância da mudança e condições políticas para que essa mudança ocorra.

Os objetivos para reforma educacional tratam a justiça em termos distributivo, isto é, o caráter educacional precisa ser distribuído de forma mais justa. A abordagem distribucional governa a discussão da educação e é preciso, assim, a mesma distribuição do currículo hegemônico para pobres, ricos, crianças, jovens e adultos.

A justiça curricular, para o conteúdo e o processo da educação diz respeito ao reconhecimento das diferenças sociais seus conhecimentos e identidades deste modo ao respeito à justiça das relações sociais. A justiça curricular deveria estar no pensamento estratégico educacional, elaborado para um grupo em menos vantagem para reorganização do conhecimento educacional em geral colocando em prática a política da compensação, mas os programas compensatórios têm completado o currículo hegemônico mas os programas de acréscimo não mudam os padrões de ensino.

A estratégia de justiça no respeito à diversidade considera como efeito principal a mudança curricular para uma produção de uma identidade educacional rica e sólida como fator primordial numa educação multicultural. Assim, precisa o currículo ser valorizado tal como é aprendido e não como está nos papéis porque carece produzir condições mais ricas de trabalho por parte do docente para haver o enriquecimento educacional. Desse modo, democratizar, precisa expandir as possibilidades de ação dos alunos para não serem esmagados pela ação de outras pessoas ou imobilizados pelas atuais estruturas.

Para Libâneo²³, o professor precisa ter a força de trabalho de mudança envolvido na estratégia de reforma porque a educação sofre diversas pressões e o professor precisa em condição de não negligência. A mudança institucional exige força social. Afinal os problemas educacionais estão na política compensatória que são políticos e sua solução envolve alianças sociais que favorece a democratização.

A democratização do ensino no Brasil se baseou numa democratização se baseou numa democratização tardia pelas influências liberais e adaptaram-se aos interesses de grupos elitizados caracterizando por uma cultura de política autoritária, administrada por um Estado tutelado superior ao povo.

A gestão democrática da educação precisa ser compreendida pela bandeira de luta dos movimentos sociais e para existir um consenso sobre a necessidade de descentralização no campo da educação pública é preciso haver a descentralização administrativa, ou melhor, o centralismo administrativo menos abusivo para que a escola não torne distante de sua função de planejamento e de gestão.

Assim, há um pensamento de que “A falta de consciência sobre a importância dos processos democráticos produzem focos intransponíveis para aplicação de gestão educacional”²⁴. A administração educacional democrática pode ser explicada pela gestão democrática que existir no complexo das normas restritas pela dominação política adaptada que se faz comprometida com a convivência entre uma sociedade fraca e um aparelho administrativo conformado pelo estado anti-democrático no ensino multicultural democrático a cultura necessita permanecer reproduzida na administração individual do indivíduo. Entretanto, essas intervenções envolvem mais incertezas do que certezas devido ao planejamento social e a crítica da parte da autoridade numa sociedade onde há crise ideológica. Assim, o ensino não pode ser vítima da crise ideológica, mas reassumida para o bem comum. E as reformas educacionais são avaliadas no sentido de inovar a eficiência do resultado do multiculturalismo na reforma criativa para que surja a partir da reforma a qualidade do ensino.

²³ op. Cit.

²⁴ Revista Educação e Sociedade, Ano 22, Agosto/2001

3. MOTIVAÇÃO EDUCACIONAL CONTRA O SISTEMA ANTI-DEMOCRÁTICO

Em uma finalidade humanista os países em desenvolvimento apresentam uma característica de ser pré-tecnológico quanto ao ensino elitista e ao aspecto social a educação, contudo, precisa se adaptar ao ambiente cultural e ao meio social humano fragilizado.

Trata-se de passar do nível pré-tecnológico ao tecnológico construindo um ensino para a massa, no entanto, a educação se encontra em subdesenvolvimento. Os alunos de camada mais pobre apresentam sintomas de inadequação ao ensino e é o fracasso no ensino ocidental.

O estudo de motivação é a chave para o domínio de todos para o conhecimento. A educação deverá motivar em primeiro lugar para o conhecimento e não somente para emprego, a motivação educacional deveria ser mais encorajada para o conhecimento privilegiado e não apenas para o emprego que é incapaz de assegurar uma verdadeira democratização e é ilusão e inconveniente acreditar na idéia de que somente o certificado diploma emprega.

Segundo Gentili²⁵, o ensino democrático precisa ser reanimado pela motivação que leva o homem ao conhecimento, mas o diploma-emprego não garante estabilidade logo a reforma educacional precisará permitir a redução das desistências, das desorientações que conduzem ao fracasso não só escolar mais humano.

A escola não deve separar-se do conhecimento e da realidade porque haverá a contra-educação e assim não haverá portanto inovações no ensino se o conhecimento no decorrer de toda existência humana não for educacional. Havendo uma criação de ensino de massa de qualidade há a necessidade de um ensino tecnológico moderno com seus empreendimentos. E as capacidades intelectuais precisam ser distribuídas igualmente em diferentes categorias sociais.

²⁵ GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão, Crítica ao Neoliberalismo em Educação**, 9. ed., Petrópolis, Vozes : 2001;

Incentivar pessoas por ambição na busca de um emprego não resulta o aprendizado satisfatório e não assegura a perseverança da escolaridade em via de desenvolvimento. O ensino democrático deve se basear na teoria técnica e prática e no trabalho intelectual e manual que não deve ser separado na vida e na sobrevivência dos alunos do ensino escolar.

A era científico tecnológico implica a mobilidade dos conhecimentos e a renovação logo o ensino deve consagrar um esforço máximo à distribuição e acumulação do saber adquirido e dar uma maior atenção à aprendizagem dos métodos de aquisição²⁶.

A educação nos tempos atuais dá preferência ao exagero teórico e memorizado; dá preferência ao ensino repetitivo ao invés da espontaneidade e da investigação criadora. O ensino, no entanto, separa a aprendizagem geral elitizada do ensino técnico traduzido pelo preconceito da camada social mais elevada, preparando, assim, um pequeno número de profissionais. Entretanto, os incluídos na educação devem instruir-se não apenas para ganhar o reconhecimento do Estado, mas ajudar na evolução da sociedade. E assim, pensa Faure²⁷, ou seja: “O fato é que os programas escolares têm dificuldades em adaptar-se ao conhecimento do universo concreto”.

E o universo concreto é programado pela educação social resolvido pela igualdade de oportunidades que é uma necessidade primordial a cada indivíduo. A educação será o suporte animador da cultura como motor de promoção profissional.

A qualidade social na educação deveria ser adequação aos interesses da maioria da população para cumprir o regime de colaboração do professor para os alunos. É preciso portanto na educação o fortalecimento nas formas de comunicação com professor e aluno e todos deverão saber as diretrizes do sistema de ensino para melhorar a rede de relação na escola e assim gradualmente a democratização.

²⁶ FAURE, Edgar, **Aprender a aprender – Aprender a ser**, p. 29, *apud* GENTILI, Pablo, op. Cit.

²⁷ *Ibidem*, p. 123

4. A EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA NAS DIFERENÇAS CULTURAIS

As vantagens educativas com trabalho pedagógico construído à partir da multicultural e intercultural assim procede educação democrática para recente secundarização de ensino governamental mas política de financiamento de investigação precisa ser compensada pela política compensatória entre os méritos da educação profissional com programas educacionais compensatórios. Os méritos da educação compensatória foram criadas em 1987 e a avaliação dos programas e medidas implementadas e se constituirão o ponto de partida para abundante produção de estudos educacionais por parte do professor.

Os projetos e estruturas educacionais desde 1974 apresentam resultados na investigação científica educacional e anos 80 a partir de 1991 apresentam resultados na investigação científica educacional e nos anos 80 a partir de 1991 a criação do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

Assim, a educação multicultural não se inserem numa linhagem de medidas compensatórias, mas num capital de saberes de práticas de investigação científica e a educação multicultural científica necessita resultado progressivo por educação compensatório sem “resistência cultural”.

As políticas educacionais pela educação multicultural com preocupações com a diversidade cultural mas deve solucionar os problemas e as desigualdades sociais escolares associados por questões sociais pensando para uma compensação educacional histórico-social em termos intersubjetivos.

A política da educação multicultural surge a partir das identidades educacionais, professores e problemas de convivências e manifestações de intolerância política e alunos excluídos da educação são violentos e psicologicamente alienados. Logo, a política intercultural necessitarão de executar a avaliação não só da universidade mas uma avaliação sistemática das escolas governamentais.

A diversidade cultural em questão social necessita por utensílio do professor e do político solucionar os problemas da desigualdade escolar e renovação de programas educacionais feitos a partir do MEC solucionando a multiculturalidade no sistema educacional governamental para intervir na construção e reconstrução das culturas em termos para conduzir exclusão do fatalismo educacional na análise dos percursos escolares contra taxonomia das culturas assim construindo a homogeneidade cultural na secundarização do primeiro ano do ensino médio governamental.

Há o subuniverso multicultural composto por alunos não intelectuais todavia o subuniverso multicultural é dado descritivamente para escola de secundarização que está associado pelo esforço realizado pelas práticas pedagógicas pelo fundamento teórico cultural para o destino cultural com programas de ação educacional para tolerância intercultural.

Convém não menosprezar a possibilidade de combater a desigualdade educacional e caucionar a naturalização da divisão entre os humanos construindo de fato sociologicamente representação social dos políticos para representação social democrática na educação para que haja política com intervenção anti-democrática na educação todavia a inexistência da política correta na educação acarreta na categoria social biológica para os alunos do ensino médio a difusão da falta de esclarecimento da política educacional para ignorância por parte dos professores e haverá sempre a “educação” pouco relativista. Todavia, deverá ter o reforço da identidade cultural na educação do ensino médio para que haja a política de intervenção contra a discriminação cultural na educação.

A pertinência social para separação dos alunos por parte dos professores leigos politicamente como também a intervenção dos políticos corruptos e pais desinformados acarretam diferencialismo nos diferentes quadros históricos, sociais e culturais, portanto, a irredutibilidade da desigualdade social leva ao fortalecimento cultural homogêneo no ensino médio e a educação intercultural pode traduzir a mudança positivista solucionando a carência social na educação governamental valorizando o relativismo de práticas e saberes, mas o processo discriminatório

contra o social democrático na educação é fortalecido pela elite e a transformação da democracia na educação será a utopia.

A escola secundarista dos nossos dias necessitará ser perspicaz para concluir o desfecho da democracia respeitadora da diferença valorizando as outras culturas e a questão primordial é contabilizar o estabelecimento intercultural em fundamentação para os alunos heterogêneos para existir a democracia irreal para realidade sintetizando a multiculturalidade em interculturalidade para não existir a loteria da elitização do ensino governamental por parte dos políticos mas a correção das diferenças sociais por parte do professor para constituição do ensino democrático real para o aluno diferenciado.

Para que tais diferenças não perpetuem, Valentim ressalta que “Face à forte valorização ideológica e à demagogia democrática igualitária sabemos hoje que a escola, de fato, não chega a abolir a desigualdade social”.²⁸

Portanto, a compreensão das decisões políticas anti-democráticas necessita transformar a sociedade exclusiva para-cultural e unificadora democrática, para existir discursos educacionais em sala de aula coerentes com a educação intercultural democrática, mas não ficcional com repercussão ao início deste século.

A abordagem construtivista necessita ser inserida no conteúdo mental do estudante, com vistas a sustentar alunos menos vazios e a serem moldados por uma democracia real, objetivando, finalmente, a importância da eficácia do ato de ensinar para a abordagem construtivista sociogenética da aprendizagem.

A compreensão da realidade necessita ser realidade da compreensão comum do ensino secundário emergindo para reorganização da realidade pelos instrumentos conceituais da realidade social do ensino do ensino médio para construção da pedagogia construtivista moderna.

²⁸ VALENTIM, Joaquim Pires, Escola Igualdade e a Diferença *apud* LIBÂNEO, José Carlos

O conhecimento natural do ensino necessita internalizar o indivíduo à prática dos valores morais para conscientização da realidade educacional logo o ensino secundarista Brasileiro necessita ser construtivista com metodologia heurística da verdade.

Os pedagogos e a psicologia das representações sociais estão excluídos na educação secundária, para não dizer acidental. Assim, necessita a educação Brasileira de permanecer na epistemologia genética piagetiana para a teoria da regulação moral, o que implica dizer que os atributos socioculturais que pareçam difíceis necessita identificar na Educação Brasileira mensagens educacionais com especificidades de avanço educacional construtivista.

A abordagem educacional construtivista necessita solucionar dificuldade inerente à construção de teoria empírica para implementação da pedagogia construtivista para a educação e cidadania realizada para o resultado de alunos para vida cívica e política.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa será do tipo bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos²⁹, e o método da pesquisa é o dedutivo, uma vez que “como todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito à informação já contida nas premissas. Dessa forma, se a conclusão, a rigor, não diz mais que as premissas, ela tem de ser verdadeira se as premissas o forem”.³⁰

O objetivo da pesquisa é estudar o comportamento, conhecimentos de professores e alunos. Assim, quanto a comportamento, diz Alves³¹:

Não se pode negar que o conhecimento de causas seja extremamente eficiente. Elas são usadas constantemente por pais, educadores, torturadores, psicólogos e psiquiatras, vendedores, propagandistas, políticos, religiosos – enfim, todas e quaisquer pessoas – que desejam modificar (não importa que se alegue que a mudança é para melhor!) o comportamento dos outros.

5.1 Instrumento de Medida de Uma Pesquisa – Questionário

- Questionários são usados, contendo perguntas relativas aos aspectos importantes a serem analisados, no que diz respeito às condições dos alunos em sala de aula e a experiência dos professores quanto a forma de proceder frente às diversidades culturais apresentadas pelo corpo discente.
- Observação em sala de aula: Verificação quanto ao fato de os professores estarem capacitados para lidar com os problemas das diferentes culturas.

²⁹ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos de Metodologia Científica**, 3. Ed., Atlas, São Paulo : 1991;

³⁰ op. Cit.

³¹ ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência – Introdução ao Jogo e as suas Regras**, 7ª. Ed., Loyola, São Paulo : 2003, p. 134

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO

1. Que tipo de linguagem os seus alunos utilizam em sala de aula ?
2. O vocabulário do livro didático que você utiliza na língua portuguesa é coloquial ou culto ?
3. Seus alunos possuem dificuldades ao falar a língua portuguesa em quais verbos?
4. O vocabulário do texto descritivo, os adjetivos e verbos são coloquiais ?
5. A língua portuguesa precisa ser coloquial em que momento ou não precisa ?
6. Professor precisa ter ética ou não, qual sua opinião ?
7. Que tipo de linguagem você utiliza em sala de aula ?
8. Na língua portuguesa os nome comuns mais utilizados para os alunos são coloquiais ou cultos ?
9. Nos textos literários são de senso comum as palavras contidos no texto ou por trás nas idéias do texto tem uma ideologia dominante e é coloquial ou culta o sentido do texto ?
10. Dê a sua opinião.

CONCLUSÃO

O caráter democrático para as respostas do questionário feito pelos docentes será relevante para classificar as diferenças sociais e a solução feita será a crítica multicultural para objetivação do saber e da cultura como chance de proporcionar a função real preenchida pelo sistema escolar de corresponder as dificuldades e fracassos dos alunos.

Os docentes não podem rejeitar pura e simplesmente que não lhe convenham em sala de aula a resposta científica do questionário que vai mostrar as dificuldades e a inadequação das aulas ministradas e o fracasso escolar para o pensamento racionalizado será na conclusão do questionário e o caráter patológico das dificuldades escolares será admitida por alguns professores que ministram o curso da Língua Portuguesa e as perturbações reacionais para compreender a Língua Portuguesa pelo os alunos serão observadas na motivação dos alunos em aprender a gramática mas a explicação pedagógica necessitará com urgência não relevar o problema de deficiência de aprendizagem mas na realidade, na situação atual, a freqüência desmesurada das dificuldades no ensino médio revelam disfunções de ordem patológica mas a conceituação do professor no questionário enfatizará a freqüência das dificuldades de desenvolvimento intelectual na Língua Portuguesa, ministrada no ensino de primeiro ano médio admitindo os merecedores que possam educar-se e sair privilegiado do seu meio social e pelas respostas negativas encontradas no questionário faz salientar a desigualdade que separa alunos com herança cultural e outros com prolongamento das dificuldades nas atividades escolares.

A insuficiência das explicações da sala de aula da ideologia oficial pregada pelos docentes são remetidas nas respostas feitas pelo docente sobre os alunos no questionário. A solução do questionário emite, portanto, status social, privilégios e barreiras econômicos e culturais e conseqüentemente as diferenças qualitativas das diferenças sociais remetem e a definição da média das capacidades e das oportunidades dos indivíduos que vivem na mesma sala de aula.

Assim sendo a linguagem e a língua portuguesa são atributos humanos que nos permitem aprender de uma maneira criadora e a linguagem infelizmente na estrutura social pode ser instrumento de educabilidade, porém, nas questões dirigidas deram para compreender que a linguagem das classes trabalhadoras não são inferior às da classe burguesas, mas na expressão oral que podemos classificar que a linguagem culta é que dá solução as diferenças dos contextos educacionais que é organizado atualmente.

A função ideológica do questionário é descobrir as causas sociais que incomodam o adolescente dentro da aprendizagem da língua portuguesa como também perceber as experiências individuais de cada professor no decorrer da aula para haver o reconhecimento do outro e é primeira etapa da tomada da consciência social. O modo de ensinar a língua portuguesa de maneira eficiente respondida pelo questionário é levar a busca de uma explicação social solucionada como também os combates sociais da falha de ensino.

A reprodução das condições da manutenção da ordem social revela a autonomia relativa do sistema de ensino porém a esperança de renovar a eficácia dos métodos de ensino aplica ao aperfeiçoamento da objetividade dos exames (avaliação) para haver os mecanismos de autonomia do sistema escolar e de suas transformações.

A análise das oportunidades objetivas da carreira escolar em função do seu próprio desempenho profissional objetiva ao sistema o capital cultural fornecido desde a origem social. O sistema educacional necessita ter a relação explicativa de classe+ *ethos* - sucesso escolar.

Essa abordagem de casualidade estrutural se revela no conhecimento ressaltado das desigualdades culturais considerando que ninguém põe em dúvida a boa fé dos professores em fazer com que os alunos retenham o conhecimento que é transmitida.

Na realidade, selecionando alguns critérios culturais de origem social, isto é, pela sua passagem através do trajeto escolar, os professores precisam ensinar

aquilo que os fizeram vencer e os professores só podem proteger seu status e a instituição que os faz viver, privilegiando socialmente o sucesso escolar.

A instituição escolar intervém então nas diferentes classes sociais em função das oportunidades culturais iniciais e a escola portanto com suas falhas de ensino exclui as classes populares, operárias e camponeses de seus privilégios sociais. E a escola, portanto, duplica as vantagens culturais das categorias burguesas mas como explicar, então, a coerência do *ethos* desta classe dividida entre a suas origens e suas aspirações que executam as ordens daqueles que gostaria de substituir a falha de ensino? A respeito do papel cultural da burocracia, constata que o funcionamento do círculo vicioso da falha de ensino é a classe dominante colocar classe média em momento confuso sobre os privilégios conhecidos do ensino e é nesse sentido que as estruturas escolares e administrativas nos retém em dependência absoluta do sistema anti-democrático.

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio pode ser a justificação da ideologia no sentido estrito do termo, ou seja, sistema de idéias que refletem a dominação econômica e social de uma classe, mas a educação deve estar em contato com o meio de vida para a formação cultural que terá deixado de ser ideológica e a reviravolta devolverá para a educação dada a cultura verdadeira.

A cultura escolar é pressão, enquanto que a verdadeira cultura é criação, aspiração, porém a distância entre a cultura escolar do governo e o mundo em que vivemos, perdemos, assim seu valor cultural. A cultura transmitida pela escola já não é superação, mas formalismo inadequado, recusa de novidade. A partir daí, é necessário criar uma nova cultura nas dimensões do mundo atual. A criação da nova cultura na Língua Portuguesa reponde a beneficência da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**, 2. ed., São Paulo, Moderna : 1996;

BRANDÃO, Zaia (org.). **Democratização do ensino: Meta ou Mito ?**, 3. ed. ;

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**, 8. ed., São Paulo, Melhoramentos : 1972;

FREITAG, Bárbara, **Escola, Estado e Sociedade**, São Paulo, Moraes : 1986;

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**: Porto Alegre, Artmed : 2000;

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão, Crítica ao Neoliberalismo em Educação**, 9. ed., Petrópolis, Vozes : 2001;

JOLY, Aparecida Gouveia, **Democratização do Ensino e Oportunidades de emprego**, São Paulo, Loyola : 1981;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos de Metodologia Científica**, 3^a. Ed., Atlas, São Paulo : 1991;

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: Política, Estrutura e Organização**, vol. Docência em Formação Saberes Pedagógicos São Paulo, Cortez : 2003;

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**, 9^a. ed., Vozes, Rio de Janeiro : 1998;

RICHTMANN, Flodoaldo Proença, **O sentido da Cultura Cristã**, São Paulo, Herder : 1968